



**2016/2306(INI)**

25.1.2017

## **PARECER**

da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar

dirigido à Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

sobre o Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas:  
Análise Anual do Crescimento para 2017  
(2016/2306(INI))

Relator de parecer: Nuno Melo

PA\_NonLeg

## SUGESTÕES

A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar insta a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Realça que o debate sobre o Semestre Europeu é particularmente importante, atendendo à necessidade de encontrar um novo modelo de desenvolvimento de reformas estruturais e investimentos seletivos em domínios estratégicos, rumo a um modelo económico que combine desenvolvimento industrial e sustentabilidade ambiental; reitera, por conseguinte, que, no âmbito do processo do Semestre Europeu, a dimensão ambiental deve desempenhar um papel de pleno direito, juntamente com as dimensões económica e social;
2. Lamenta que a recuperação na UE continue a ser lenta e frágil, o que evidencia a necessidade de intensificar as reformas estruturais, estimular o investimento e criar uma economia mais competitiva;
3. Saúda o facto de a Análise Anual do Crescimento para 2017 mencionar, de forma expressa, a economia circular entre as prioridades económicas gerais para a UE;
4. Salaria que as alterações climáticas constituem indubitavelmente um grande desafio global e que a atuação rápida deve continuar a estar no topo das prioridades da UE; sublinha, neste contexto, a importância do Acordo de Paris, adotado em dezembro de 2015 na COP 21, que constitui um marco importante na aceleração da transição coletiva a nível mundial para uma sociedade hipocarbónica e resiliente às alterações climáticas; observa que o acordo estabelece uma meta qualitativa a longo prazo para a redução das emissões, em consonância com o objetivo de manter o aumento da temperatura mundial abaixo de 2 ° C e de prosseguir os esforços para o manter a 1,5 ° C; apela, por conseguinte, à Comissão que tenha em conta, nas suas recomendações específicas por país, a necessidade de os Estados-Membros investirem em projetos hipocarbónicos que correspondam aos objetivos do Acordo de Paris; frisa que uma transição eficaz para uma sociedade hipocarbónica exige investimentos avultados em áreas estratégicas como a energia, a gestão de resíduos, os transportes e a construção civil; solicita, neste contexto, que o próximo Regulamento «FEIE 2» preveja uma afetação de recursos a investimentos sustentáveis;
5. Convida a Comissão a recorrer ao Semestre Europeu como instrumento para honrar os compromissos assumidos pela UE no âmbito da Agenda 2030 no domínio do desenvolvimento sustentável e, em particular, a incluir no processo políticas e medidas eficazes que incidam sobre as alterações climáticas, a produção e o consumo sustentáveis, a segurança alimentar e a biodiversidade;
6. Recorda que para garantir o crescimento sustentável, a atenuação das alterações climáticas e a criação de emprego na UE, é necessário utilizar os nossos recursos de forma mais inteligente e sustentável, transferir a tributação dos rendimentos do trabalho para a poluição ambiental, eliminar gradualmente as subvenções a favor das energias fósseis e reduzir a dependência das importações de matérias-primas; considera que a tónica deverá ser colocada na aplicação da hierarquia dos resíduos, principalmente no intuito de apoiar a implementação de medidas de prevenção, bem como uma maior taxa de reciclagem e de

reutilização dos produtos; observa que, segundo as estimativas, a economia circular pode resultar em poupanças da ordem dos 600 mil milhões de euros anuais para as empresas da UE; reitera, por conseguinte, o seu apelo à incorporação dos princípios da economia circular no Semestre Europeu e à definição de um indicador-piloto de eficiência dos recursos e da segurança do aprovisionamento em matérias-primas essenciais, a fim de acelerar a transição da UE para uma economia circular; sublinha a necessidade de um maior investimento em tecnologias verdes comprovadas a fim de alcançar os objetivos da Estratégia Europa 2020 para o crescimento sustentável, bem como os objetivos para 2030 em matéria de alterações climáticas e energia;

7. Salienta a importância da reforma em curso da legislação em matéria de resíduos, por forma a promover a transição da economia europeia para um modelo circular;
8. Sublinha que uma utilização melhor e mais eficiente dos recursos, a redução da dependência energética do exterior e a introdução de uma produção sustentável, assente em requisitos para o aperfeiçoamento da conceção dos produtos e em padrões de consumo mais sustentáveis implicam a promoção do empreendedorismo e da criação de emprego, a aplicação eficaz das metas internacionais e dos objetivos da União em termos de ambiente, bem como a diversificação das fontes de rendimentos, num contexto de responsabilidade orçamental e de competitividade económica; considera que o Semestre Europeu deve prever igualmente o relato sobre a eficiência energética e a interconectividade, com base nos objetivos definidos ao nível da União;
9. Frisa que, de acordo com um estudo da Comissão, de 2012, se a legislação europeia em matéria de resíduos fosse aplicada na íntegra, verificar-se-ia na Europa uma poupança de 72 mil milhões de euros por ano, um aumento do volume de negócios no setor da reciclagem e da gestão de resíduos de, aproximadamente, 42 mil milhões de euros e a criação de cerca de 400 000 postos de trabalho até 2020; relembra que a redução dos resíduos e o cumprimento da legislação nesta matéria deve ser considerada da máxima prioridade;
10. Salienta a necessidade de os Estados-Membros procederem a uma reforma dos seus sistemas fiscais por forma a apoiarem o crescimento e a concorrência leal entre as empresas; destaca, a este respeito, a importância da tributação no domínio ambiental, da reforma fiscal ambiental e de programas de transferência da tributação (tax-shifting programmes) na transição para uma economia verde, uma vez que podem desencadear inovações no domínio ecológico geradoras de riqueza e de emprego e contribuir para a melhoria do ambiente e para uma redução do consumo de energia e dos recursos;
11. Apela à Comissão no sentido de integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos trabalhos do Semestre Europeu;
12. Salienta a necessidade de um conjunto de indicadores mais abrangente, a fim de avaliar as medidas aplicadas pelos Estados-Membros em termos do seu contributo para a prossecução dos objetivos adotados pela União Europeia na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e, em especial, do objetivo de reduzir para metade o desperdício alimentar até 2030; sublinha a necessidade de integrar de forma adequada nas políticas internas e externas da União as metas associadas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável;

13. Recorda que se tem vindo a observar uma tendência de crescimento do emprego no setor ambiental em toda a UE; destaca que uma redução mais acentuada da utilização da energia e dos recursos pode gerar uma maior criação de emprego, em especial nos setores do isolamento térmico, das tecnologias de bombas de calor, dos veículos de propulsão por eletricidade e das tecnologias de irrigação agrícola eficientes em termos de utilização da água, bem como no setor da reciclagem e nos setores dependentes dos recursos;
14. Congratula-se com a decisão da Comissão Europeia de criar um Grupo de Peritos de Alto Nível sobre Finanças Sustentáveis (HLEG); sublinha que são necessárias reformas em matéria de financiamento sustentável para apoiar o investimento em tecnologias limpas e a implantação destas tecnologias, assegurar que, a longo prazo, o sistema financeiro possa, de modo sustentável, financiar o crescimento e contribuir para a criação de uma economia circular, hipocarbónica e resistente às alterações climáticas, conforme estabelecido na Comunicação da Comissão intitulada «União dos Mercados de Capitais – Acelerar o processo de reformas», de 14 de setembro de 2016;
15. Constata que muitos dos projetos aprovados para financiamento pelo Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) estão orientados para as infraestruturas e a inovação nos setores do ambiente e da saúde; sublinha, contudo, a necessidade de aumentar a disponibilidade de fundos verdes através do FEIE;
16. Salienta que o investimento efetivo na educação e na saúde, nomeadamente na promoção da saúde e na prevenção de doenças, constitui uma condição essencial para garantir a igualdade de acesso dos cidadãos aos serviços de saúde, bem como para a estabilidade, a sustentabilidade, a prosperidade económica e a promoção do crescimento, o que produz resultados em termos da produtividade, oferta de trabalho, capital humano e despesas públicas; recorda que as despesas com os serviços de saúde constituem um investimento em sociedades mais saudáveis, seguras, produtivas e competitivas; realça a importância da sustentabilidade do setor dos cuidados de saúde, que desempenha um papel importante na economia global, já que representa 8 % do total da mão de obra europeia e 10 % do PIB da UE;
17. Salienta a necessidade de criar um sistema sustentável de partilha de conhecimento no domínio da avaliação das tecnologias da saúde e que a avaliação das tecnologias da saúde tem por objetivo dar resposta a questões relacionadas com as características destas tecnologias, designadamente em matéria de segurança, eficácia, eficiência, aplicabilidade, indicações, custos, relação custo-eficácia e consequências sociais, éticas e económicas da sua utilização;
18. Recomenda, mais uma vez, que os princípios da economia circular sejam integrados nas recomendações específicas por país;
19. Sublinha a importância de um diálogo sistemático e estruturado ao nível nacional com vista a uma maior apropriação das recomendações específicas por país por parte de todas as partes interessadas do sistema de saúde; salienta a necessidade de uma avaliação mais abrangente dos sistemas de saúde a nível da UE; incentiva os Estados-Membros a utilizarem, no quadro do seu processo de decisão política, os dados recolhidos e partilharem as boas práticas com vista a reduzir as divergências e as desigualdades no domínio da saúde, tanto entre os Estados-Membros como dentro deles;

20. Salienta a necessidade de uma avaliação mais abrangente dos sistemas de saúde no quadro do Semestre Europeu, tomando em consideração não apenas a dimensão orçamental mas também o acesso, a eficácia e a qualidade do setor da saúde europeu.
21. Sublinha que deverá ser tida devidamente em conta a questão dos custos relacionados com o sistema de saúde que os Estados-Membros incorrem em resultado de situações de emergência e que induzem uma pressão adicional nos sistemas de saúde, como a chegada de imigrantes e refugiados à UE, em condições que exigem cuidados médicos imediatos e realça que a prestação da assistência médica necessária é fundamental, tanto para a proteção dos direitos humanos, como para a redução dos riscos com vista a proteger os cidadãos da UE da eventual exposição a doenças endémicas nos países de origem dos imigrantes e que os respetivos encargos devem, por conseguinte, ser devidamente tidos em conta aquando da avaliação dos orçamentos dos Estados-Membros.

**RESULTADO DA VOTAÇÃO FINAL NA COMISSÃO ENCARGADA DE EMITIR  
PARECER**

<b>Data de aprovação</b>	24.1.2017
<b>Resultado da votação final</b>	+: 52 -: 5 0: 8
<b>Deputados presentes no momento da votação final</b>	Marco Affronte, Margrete Auken, Pilar Ayuso, Zoltán Balczó, Catherine Bearder, Ivo Belet, Simona Bonafè, Biljana Borzan, Paul Brannen, Nessa Childers, Birgit Collin-Langen, Mireille D'Ornano, Miriam Dalli, Seb Dance, Angélique Delahaye, Mark Demesmaeker, Stefan Eck, José Inácio Faria, Francesc Gambús, Elisabetta Gardini, Gerben-Jan Gerbrandy, Jens Gieseke, Julie Girling, Sylvie Goddyn, Françoise Grossetête, Andrzej Grzyb, Jytte Guteland, Anneli Jäätteenmäki, Jean-François Jalkh, Benedek Jávor, Josu Juaristi Abaunz, Karin Kadenbach, Kateřina Konečná, Urszula Krupa, Giovanni La Via, Peter Liese, Norbert Lins, Valentinas Mazuronis, Susanne Melior, Massimo Paolucci, Piernicola Pedicini, Julia Reid, Frédérique Ries, Michèle Rivasi, Daciana Octavia Sârbu, Annie Schreijer-Pierik, Davor Škrlec, Claudiu Ciprian Tănăsescu, Ivica Tolić, Estefanía Torres Martínez, Nils Torvalds, Adina-Ioana Vălean, Jadwiga Wiśniewska, Damiano Zoffoli
<b>Suplentes presentes no momento da votação final</b>	Renata Briano, Herbert Dorfmann, James Nicholson, Stanislav Polčák, Gabriele Preuß, Tiemo Wölken
<b>Suplentes (art. 200.º, n.º 2) presentes no momento da votação final</b>	Xabier Benito Ziluaga, Richard Corbett, Sander Loones, Kosma Złotowski